

Artigos



AGNOLO BRONZINO

Alegoria do Triunfo do Amor (Vénus e Cupido), Antes de 1545, Óleo sobre madeira, 146x116cm, Londres, National Gallery.

"Bronzino representa aqui as alegrias e as penas do amor sob a forma de um engenhoso enigma. No primeiro plano, mediante uma torção em espiral, Cupido abraça Vénus reerguida e voltada para o espectador. Uma criança faz irrupção pela direita e lança rosas. No plano de fundo aparecem, em contrapartida, a idade, o ciúme e a infidelidade."

Recepção e Sociologia

Jean Philippe Bouilloud - Université de Paris 7

Tradução por Norma Takeuti¹ - UFRN

Revisão Técnica por Valdemar S. Pedreira Filho² - UFRN

RESUMO

A reflexividade das ciências sociais obriga-nos a reabilitar o momento da recepção. Essa reabilitação não visa separar as ciências sociais das outras ciências: o problema aqui em questão não é o de saber se há uma unidade, ou não, do conjunto das práticas consideradas como científicas, pois essa questão parece, finalmente, pouco interessante, ocultando ideologias subjacentes ou positivismos latentes que funcionam como obstáculos à análise histórica ou filosófica das ciências. A simples análise de certas ciências, como a Física, mostra que ela mascarou durante muito tempo a importância desse momento da recepção, orientando numerosas pesquisas a partir de pressupostos resultantes da tradição científica. A consideração do momento da recepção não testemunha somente uma evolução histórica dos modos de produção do conhecimento, ele é um imperativo da pesquisa devido a sua importância no próprio mecanismo da produção do conhecimento científico nas Ciências Sociais. Palavras-chave: Epistemologia - Ciências sociais - Recepção

RÉSUMÉ

La réflexivité des sciences sociales nous oblige à réhabiliter le moment de la réception. Cette réhabilitation ne vise pas à séparer les sciences sociales des autres sciences: le problème en jeu ici n'est pas de savoir s'il y a une unité, ou pas, de l'ensemble des pratiques considérées comme scientifiques, car cette question paraît finalement

peu intéressante, et cacher des idéologies sous-jacentes, ou des positivismes latents, qui sont plutôt des obstacles à l'analyse historique ou philosophique des sciences. Mais la seule analyse de certaines sciences, comme la physique, a masqué pendant trop longtemps l'importance de ce moment de la réception, orientant de nombreuses recherches à partir des présupposés issus de la tradition scientifique. La prise en compte du moment de la réception ne témoigne pas seulement d'une évolution historique des modes de production de la connaissance, c'est un impératif de la recherche de par son importance dans le mécanisme même de la production de la connaissance scientifique dans les sciences sociales.

Mots clés: Épistemologie - Sciences sociales - Réception

Um dos grandes problemas da epistemologia das Ciências Sociais, e não somente dessa, é saber como e por que tal ou qual teoria desenvolve-se, cria "escola", é retomada de maneira muito ampla e por que não acontece o mesmo com uma outra dada teoria. Quais são ainda os mecanismos complexos em jogo, pouco explorados, que resultam numa situação em que tão diferentes autores - como Bourdieu,

1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN; Doutorado pela Universidade de Paris 9 - Dauphine; Coordenadora Nacional do Comitê de Pesquisa RC-46 (Sociologia Clínica) da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

2. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN; Doutor pela PUC - São Paulo.

Touraine, Moscovici, Giddens ou Garfinkel - aproximam-se num mesmo espaço disciplinar?

Definitivamente, o problema aqui colocado não parece ser de ordem metodológica: há indicações que quase tudo foi dito sobre as dificuldades e o que está em jogo no método sociológico, mesmo quando há posições antagônicas defendendo, por um lado, o quantitativismo e, por outro, as abordagens qualitativas. Em outras palavras, o problema que está por ser analisado não é tanto o da produção de conhecimento científico, já amplamente avaliado, mas sim o da recepção desse conhecimento, daquilo que está em jogo no debate científico, quando uma ou outra teoria se propaga.

Certos trabalhos já foram encetados: os historiadores debruçaram-se, desde há muito tempo, sobre a história das idéias, sobre a propagação de certas correntes de pensamento, político ou religioso (Islamismo, Catolicismo, Enciclopedismo, Marxismo, etc.) cuja irradiação perturba, a cada vez, antigas estruturas políticas e sociais. Os sociólogos das ciências interessam-se, entre outros, pelos efeitos da rede, pelos laboratórios, pelas microcomunidades os quais serão os mediadores³ daquilo que se vislumbra, externamente, como um paradigma ou um programa de pesquisa. A partir desses trabalhos, trata-se aqui de propor algumas pistas de reflexões no sentido de ver como, ao reintegrar as práticas científicas das Ciências Sociais numa relação com os seus objetos, pode-se explorar uma rica dimensão que foi até então relativamente negligenciada no funcionamento das Ciências Sociais: a da sua recepção.

1 - SUPERAR A PRODUÇÃO

Se olharmos sinteticamente a maior parte do debate epistemológico dos últimos quarenta anos, poderíamos dizer que a reflexão sobre as ciências esteve praticamente centrada naquilo que chamaríamos de "lógica da produção": em que condições um conhecimento é científico (POPPER, 1934; 1972), como esses sistemas científicos

foram sendo elaborados (LATOURE, 1987; CALLON, 1989; CALLON; LATOUR 1990; KNORR-CETINA, 1981, BLOOR, 1976; HOLTON, 1973; 1996, e as correntes atuais da história das ciências em geral), como essas teorias ou paradigmas sucederam-se (KUHN, 1962; LAKATOS, 1963; LAKATOS; MUSGRAVE, 1970). Numa palavra, quais são as "condições de produção" do saber científico? Frequentemente, essas perspectivas inscrevem-se numa ótica kantiana (de pesquisa das condições de possibilidade do conhecimento) e nomológica (de, geralmente, encontrar uma lei do desenvolvimento da ciência)⁴. Enfim, com a sociologia e a recente história das ciências, as grandes teorias parecem estar, gradativamente, deixando lugar para as abordagens mais circunscritas e menos generalizantes (história das ciências), ou para pontos de vista radicalmente diferentes que não estão em acordo com as teorias anteriores, por exemplo, ciência como solidariedade de Rorty (1987). É importante notar que uma boa parte desses debates estão centrados em torno do estudo da Física, e num menor grau, da Biologia ou da Astronomia. Essas disciplinas têm as suas características subjacentes próprias:

1) Elas são amplamente *esotéricas*, isto é, os conhecimentos produzidos endereçam-se inicialmente à comunidade dos pesquisadores, e, num menor grau, às outras esferas do mundo social (a mediação em direção à sociedade acontece frequentemente através da técnica de aplicação da pesquisa);

3. Em francês "*animateurs*" (Nota do tradutor).

4. Frequentemente, essas teorias estão mutuamente opostas nos dois planos da universalidade e da história: as concepções histórico-sociológicas de Kuhn, Bloor ou Latour discutem com a teoria nomológica e universalista de Popper. Feyerabend (1975; 1987) fecha, ou pensa fechar, o debate colocando os diferentes protagonistas uns contra outros: ele critica Popper ou Lakatos sobre o seu universalismo a-histórico e Kuhn sobre a sua visão simplificada da história das ciências. Para uma apresentação mais detalhada desses numerosos debates, ver Habermas, 1987; Lakatos; Musgrave, 1970; Chalmers, 1976, 1990; Hacking, 1981; Laudan, 1987, 1990; na aplicação à Sociologia, permito-me remeter à minha obra (BOUILLLOUD, 1997).

2) Atualmente, elas consideram-se como que estando submetidas a um *imperativo informativo*, no sentido em que os pesquisadores em geral devem conhecer, ou pensam conhecer, a todo o momento, o estado da arte em matéria de teorias e de pesquisas em jogo, através da rede, cada vez mais densa de publicações e de bases de dados científicos, cujas pesquisas se impõem à comunidade científica. Atualmente, mesmo quando não há concordância quanto às hipóteses, um pesquisador da Física ou da Medicina, deve situar-se em relação aos últimos resultados ou controvérsias da pesquisa científica;

3) Elas são geralmente regidas por um ideal de *verificação*, que se encarna nas modalidades, instâncias e princípios metodológicos que possibilitam na fase experimental dessas disciplinas, a reprodução e, portanto, a validação dessas experiências.

Entre os físicos ou os biólogos, o debate científico tem sempre se apresentado como racional: salvo raras exceções, os cientistas vivem, geralmente, suas disciplinas como santuários da racionalidade (opondo-se assim, seja às outras disciplinas, como as Ciências Sociais, seja à irracionalidade do conjunto de outras práticas humanas, como o político, por exemplo). Embora haja o jogo dos atores no interior dos espaços da pesquisa, é inquestionável o fato de que o destino dos conhecimentos, a sua aceitação pela comunidade deveria estar submetida a critérios objetiváveis, sobretudo, de validade ou de justificação. Retomando numerosos debates, podemos dizer que uma teoria ou um paradigma impõe-se pela sua capacidade de mais ou melhor explicar um determinado problema, pela sua capacidade de "resolver enigmas", de "suscitar programas de pesquisa complementares", etc. Mesmo quando se incluía uma dimensão política no sucesso de certas teorias (Kuhn), o dado prévio era sempre a validação sob diferentes formas (que abrangia inclusive a previsão de resultados futuros, como no caso de Einstein)⁵. Esse positivismo mais ou menos latente foi amplamente criticado, particularmente por Habermas (1987). Um dos pontos importantes para os historiadores, sociólogos ou certos filósofos

das ciências, foi procurar reduzir o que chamamos de "presunções da racionalidade", mostrando até que ponto a validade do conhecimento é limitada (porque é conjectural) ou demonstrando como o jogo social que se dá em torno da pesquisa influi sobre o seu desdobramento⁶.

Na aplicação às Ciências Sociais, fomos levados a considerar, de maneira implícita, que elas participavam dessas três características: esoterismo, imperativo informativo e verificabilidade, conforme acima. Ora, essas três dimensões existem, em graus diferentes, porém geralmente em menor grau nas Ciências Sociais:

- no seu conjunto, elas parecem ser diferentemente esotéricas: nas ciências da natureza, o esoterismo seria suscitado tanto mais pela tecnicidade dos termos quanto pela especialização dos conhecimentos em jogo, enquanto que nas Ciências Sociais, o esoterismo ocorre de modo diferente, que corresponderia à relativa acessibilidade dos termos ou conceitos por elas desenvolvidos. Os últimos trabalhos da Física ou da Biologia interessam, fundamentalmente, aos especialistas e profissionais do campo, enquanto que os grandes estudos sociológicos (Durkheim, Escola de Chicago, Bourdieu) foram lidos e "recebidos" por outras pessoas, para além dos sociólogos profissionais, assim como foram amplamente divulgados. Mesmo quando não tenha assim ocorrido, eles puderam influenciar diretamente nas decisões administrativas ou políticas;

- quanto à dimensão *imperativa informativo*, na Física ou na Medicina, por exemplo, o valor de uma pesquisa está condicionado à utilização dos últimos resultados aceitos por uma comunidade científica. Já nas Ciências Sociais isso não possui a mesma acuidade na medida em que elas têm a permanente possibilidade de se referir a antigos

5. O ponto de vista radical (Feyerabend) que viu na sucessão das teorias da Física um simples combate político desconectado de todo o momento de validação não convenceu, por ter sido tanto excessivo e distante do funcionamento complexo das ciências da natureza. 6. Para uma síntese dos debates, ver Berthelot, 2001; Kremer Marietti, 1998.

conceitos, paradigmas ou teorias, isto é, de operar uma "retroação paradigmática" (BOUILLLOUD, 1997, p. 168): um médico que fizesse, ainda, referências a Galien ou d'Ambroise Paré estaria despertando gracejos, enquanto que em Sociologia é legítimo fazer, hoje, referências a Weber, Durkheim, Marx ou Tocqueville, integrando as suas nos debates em curso⁷;

- finalmente, a noção de *verificabilidade*, que é a mais importante. Esta não tem, definitivamente, um sentido importante para as Ciências Sociais, pois se podemos "validar" uma *démarche* que adotamos (inscrevendo o processo numa relação etnográfica ou num dispositivo psicanalítico, por exemplo), é evidente que não podemos falar de experiência reprodutível, em geral.

Além do mais, o momento da validação não parece ser decisivo para o modo de difusão das idéias ou das teorias sociais. Ao contrário, as lógicas de fecundidade, de interesse ou de pertinência também condicionam a aceitação e a difusão das mesmas. Enfim, acredito ser insuficiente avançar nesse campo centrado unicamente nas perspectivas da produção do conhecimento, pois, além do mais, elas não parecem estar à altura de explicar as lógicas de desenvolvimento.

Os trabalhos empreendidos por diversos pesquisadores em torno das idéias de Michael Gibbons (1994) procuram superar os limites dessas abordagens centradas nas lógicas internas das práticas científicas e estabelecem uma ponte, ou melhor, uma periodização entre a abordagem tradicional do conhecimento e a realidade multiforme das ciências. Para Gibbons, após uma generalização do "modo 1" de desenvolvimento do conhecimento científico - modo homogêneo, intradisciplinar e autônomo em relação ao universo social (econômico, político,...) -, desenvolveu-se um

"modo 2" - heterogêneo, interdisciplinar em relação permanente com as diferentes esferas da vida social. Sua perspectiva é a de descrever um movimento de fundo que se pensa estar descobrindo (o desenvolvimento do "modo 2"), ao mesmo tempo em que se procura propor uma nova abordagem para a história das ciências. Não discutirei aqui o primeiro ponto: só me interessam as implicações epistemológicas de sua posição sobre o segundo ponto. De certa maneira, Gibbons considera que a produção de conhecimento articula-se entre a oferta e a demanda, do mesmo modo que isso acontece no mercado econômico. A metáfora é fecunda na medida em que ela permite imaginar que não há somente *produtores* de conhecimento, mas há, também, destinatários e usuários que se situam além do meio apenas científico. Certamente, essa teoria se aplica, em ampla medida, às Ciências Sociais, e eu partilho com as suas conclusões relativas à "demanda social". Entretanto, creio que a sua perspectiva essencialmente histórica leva os pesquisadores a subestimarem a importância dos mecanismos de *recepção* no funcionamento habitual nesse campo científico. Esses mecanismos não constituem, a meu ver, um *momento histórico* no desenvolver dos conhecimentos, como a concepção de desenvolvimento do *modo 2* parece supor, nem tampouco constituem uma maneira *complementar* de conceber a filosofia das ciências. Penso que esse momento da recepção é parte *integrante* do funcionamento das Ciências Sociais, do seu sistema de produção de conhecimento o qual é, antes de tudo, um sistema *reflexivo* de *produção de sentido*. É justamente a esse respeito que passaremos a tratar, interrogando, a seguir, o que quer dizer a produção de sentido e as suas implicações para essa área do conhecimento.

2 - A RECEPÇÃO COMO COMPLEMENTO DA PRODUÇÃO

Essa problemática da recepção das idéias e das obras foi colocada pelos especialistas do campo da arte, bem antes dos filósofos, sociólogos e histo-

7. Isso não é uma questão específica da Sociologia, pois parece ser uma característica que se encontra, até um certo ponto, em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais (Psicologia, Economia, Lingüística) ou, mais ainda, em Filosofia. Há aqui uma reflexão a ser feita sobre o status do autor nesse campo do conhecimento e a sua inscrição no tempo.

riadores das ciências. Esse foi o propósito de Jauss (1978) e da chamada escola Constance, consistindo na exploração das modalidades e das características da recepção das obras de arte.

Um dos pontos de partida de Jauss é a seguinte constatação: a história da literatura é um desafio para a teoria literária. Na realidade, a dificuldade para essas duas abordagens está em responder à seguinte questão: "*como inserir o fato literário isolado e a obra literária aparentemente autônoma no contexto histórico da literatura? Como apreendê-los enquanto acontecimentos, enquanto testemunhos de um certo estado da sociedade ou enquanto momentos da evolução literária?*" (p. 31). Para Jauss, a dificuldade em se ter respostas satisfatórias a essas questões reside justamente numa percepção errônea dessa autonomia da obra de arte e no fato de se analisar somente as condições de sua produção. Para se considerar e, sobretudo, para explicar a historicidade da obra de arte, é necessário reconhecer que esta "*não reside somente na sua função representativa ou expressiva, mas sim também, necessariamente, no efeito que ela produz*" (p. 39). Por isso, torna-se necessário reintroduzir o destinatário, o público (quer seja o leitor, o ouvinte ou o espectador) na análise da obra e do seu autor, pois o papel do público não é, para Jauss, nem secundário nem passivo, mas, ao contrário, determinante.

O papel do público é importante, pois ele é o receptáculo das normas, das práticas e das "experiências anteriores" sobre cujas bases uma nova obra vai ser apreciada e julgada. Essas normas, essas experiências prévias remetem à história e ao vivido do grupo para o qual a obra de arte se destina. É somente em relação a essas experiências prévias que a obra poderá ser recebida e a novidade que ela comporta ou a ruptura que ela propõe ser então, eventualmente, percebida. Assim, quando Victor Hugo evoca, a propósito de Baudelaire, um novo "frisson"⁸, ele está fazendo referência ao corpus prévio existente no momento da chegada da obra inovadora de Baudelaire. Da mesma maneira, os movimentos - como o impressionis-

mo, o cubismo ou o surrealismo - não podem ser compreendidos *in abstracto*, mas sim a partir daquilo que eles se procuram se opor.

Assim, a reinserção na história é que permitirá apreender a intenção artística. Porém, essa história é movediça: Jauss emprega o termo husserliano de *horizonte* e sua metáfora marítima, para explicar que à medida que novas obras aparecem, elas fazem evoluir o horizonte, elas são novas experiências que vêm se inscrever na paisagem cognitiva de cada um, da mesma maneira que do navio o olhar alcança o horizonte que evolui na medida em que a viagem avança. O horizonte de *expectativa*⁹ de cada obra, inscrita na sua história, é também o que vai possibilitar a descoberta da novidade :

Poder, assim, reconstituir o horizonte de expectativa de uma obra, e também poder defini-la como obra de arte, em função da natureza e da intensidade do seu efeito sobre um determinado público. Se chamarmos de 'intervalo estético'¹⁰ a distância entre o horizonte preexistente de expectativa e a nova obra, cuja recepção pode acarretar numa 'mudança de horizonte' indo ao encontro das experiências familiares ou fazendo com que outras experiências, expressas pela primeira vez, acedam à consciência, este intervalo estético, que é medido na escala das reações do público e dos julgamentos da crítica (sucesso imediato, rejeição ou escândalo, aprovação de indivíduos isolados, compreensão progressiva ou retardada), pode tornar-se um critério de análise histórica (p. 53).

Assim, a partir da história¹¹ compreende-se a obra de arte que, ao mesmo tempo, modifica e incrementa essa história. Há, portanto, um duplo elo, uma dupla relação de historicidade, que representa em definitivo as duas faces de uma mesma moeda, a saber, a ancoragem sócio-histórica da obra de arte: a obra de arte "*provém*", de uma certa

8. Estremecimento seguido de emoção (Nota de tradutor).

9. Em francês "attente" (Nota do tradutor).

10. Em francês "écart esthétique" (Nota do tradutor).

11. Não a história da arte, mas a soma das experiências prévias dos seus destinatários, a história do seu público e a sociedade na qual ele vive.

maneira, da história para a qual ela *contribui*. Razão pela qual, para Jauss, há a necessidade de uma estética da recepção, para completar esse "circuito fechado de uma estética da produção e da representação" e reconciliar estética e história da arte.

Vemos, de imediato, em que esta perspectiva contribui para o estudo das Ciências Sociais. Aqui, também, há que se reconciliar a história e a filosofia das ciências. Por muito tempo, a tradição filosófica tendeu a propor definições essenciais da ciência, o que ela é, em detrimento do que mostra a história das ciências. O exemplo mais conhecido disso é, provavelmente, o célebre princípio de falseabilidade de Popper, cujo enunciado postula que um corpo cognitivo tem o status de ciência se e somente quando ele define as condições do seu próprio questionamento e, portanto, de sua eventual refutação. A história das ciências mostra que, infelizmente, essa noção de refutabilidade não se encontra verdadeiramente presente antes do século XX (e ainda! Por vezes, a convicção prima sobre a exigência de refutabilidade). Diversas tentativas foram feitas para tentar reunir história e filosofia das ciências, do mesmo modo que Jauss procurou fazer no campo da obra de arte. Lakatos (1994), dissidente crítico de Popper, chegou até mesmo parafrasear Kant dizendo que "a filosofia das ciências sem a história das ciências é vazia; a história das ciências sem a filosofia das ciências é cega" (p.185). Mas frequentemente a questão permanece, como em Lakatos, numa tentativa de afinar as condições da produção científica, de propor uma nova definição de produção das ciências que venha superar essas aporias, englobando-as ou reduzindo-as. A sociologia das ciências irá, ainda mais longe, nessa direção, colocando, particularmente, em relevo as práticas das comunidades científicas e de suas instituições¹², em detrimento, por assim dizer, da finalidade científica: a principal crítica dos popperianos à sociologia das ciências, e, aliás, a uma boa parte da história das

ciências, consiste em negligenciar a "finalidade científica" (G.G. Granger), em reduzir a ciência a um conjunto de práticas e de crenças coletivas finalmente equivalentes, enfim, em ser globalmente relativista (e eu o sou excessivamente), em só ver na sucessão das teorias científicas uma luta de pontos de vista, e não uma evolução em direção a um progresso científico.

Permanecendo na questão da produção dos conhecimentos científicos, não creio que possamos resolver o problema, além do que já foi tentado, seja pela sociologia das ciências, seja por certos filósofos mais radicais como Feyerabend, para o qual é impossível um pensamento global e coerente, possuindo ao mesmo tempo um ponto de vista histórico e filosófico. Acredito que nesse campo seja importante operar a mesma inversão, feita por Jauss, interessando-nos não somente pela produção dos conhecimentos científicos, mas também pela sua recepção.

É o que tentei desenvolver, a partir do caso da Sociologia. Apoiando-nos na proposta de Jauss, esboçamos uma abordagem que privilegia o estudo da recepção na análise do desenvolvimento das Ciências Sociais, que se fundamentam em quatro pontos:

- 1) A recepção do sentido produzido - "o eco do sentido" - prevalece sobre a sua produção. Apenas os critérios de produção científica não bastam para dar conta do desenvolvimento científico.
- 2) Essa análise da recepção é um complemento que não substitui a análise da produção. A conjunção desses dois aspectos possibilita melhor levar simultaneamente em conta a realidade histórica e metodológica dessas ciências.
- 3) Há uma dupla relação de compreensão entre as Ciências Sociais e a sociedade: estas estudam sociedades, ao mesmo tempo em que se destinam aos indivíduos, cientistas ou não, que são, por sua vez, membros de coletividades. Essas ciências são, nesse sentido, ciências "que nos falamos de nós".
- 4) Tendo em vista essa dupla relação, essa reflexividade (Giddens), o desenvolvimento das Ciências Sociais ocorre também em função das

12. Ver os trabalhos de M. Callon (1989) ou B. Latour (1989).

expectativas sociais¹³. É preciso, então, levar em conta certos aspectos da "demanda social" (Gibbons) na análise epistemológica.

Vemos aí em que essa abordagem inspira-se nas teorias sobre a arte de Jauss. Em um nível mais detalhado, o conceito de horizonte de expectativas, tal como abordado acima, está finalmente bem representado nas Ciências Sociais pelas normas científicas. Levando em consideração a formação dos cientistas e dos pesquisadores desse campo, as suas experiências anteriores condicionam suas expectativas em relação a um texto ou a uma pesquisa científica.

3 - O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO

Na análise das ciências, a questão do sentido foi freqüentemente vista sob o ângulo kantiano das *possibilidades de conhecimento*. Qual é, de fato, a validade do sentido, visto que este é estruturalmente um equívoco. Ele não é um *em-si* que aparece infalivelmente através da experiência do fato social: ao contrário, ele se desvela no próprio *processo* da compreensão que é a chave dessa experiência. Considerar - tal qual os defensores do naturalismo - que a subjetividade da compreensão invalida o seu resultado, significa tomar o problema da relação aos valores (de Weber) como uma interpretação em termos de validade, enquanto que isso depende simplesmente de uma problemática de origem (o que, aliás, é evocado por Habermas): compreender não é pensar o que se quer, é, ao contrário, inscrever-se num universo de sentido, que nos ultrapassa, que nos antecede, e no qual evoluímos permanentemente. Compreender é partilhar com outros um "sentido comum". A compreensão visa um "entendimento do sentido" (Gadamer). Schutz (1987, p. 75) mostra bem que o fato de o sentido ser produzido no quadro da subjetividade dos atores e do pesquisador não significa que ele

proceda da simples *intuição*, como assim pensam os naturalistas, pois essa subjetividade está compreendida numa *intersubjetividade* que constitui o verdadeiro material do social: a compreensão é, antes de tudo, uma *intercompreensão*. Posso compreender e interpretar um mesmo fato social numa ótica marxiana, parsoniana ou bou-doniana; esses diferentes sentidos produzidos não vão ser estabelecidos e comparados pelas modalidades da verdade (ao menos, em geral), mas sobretudo, pelos modos de pertinência, fecundidade ou eficiência, isto é, com relação a uma situação, um problema, uma demanda ou a uma questão prévia.

O que vai orientar a minha compreensão e o que vai me dirigir para um "sentido", mais do que para um outro, é o *projeto*. "*Quem quiser compreender um texto tem sempre um projeto*" (GADAMER, 1960, p. 104) : aquilo que é dado a ler não se revela no *unívoco*, e não há confrontação sem preliminares. Um conjunto de conhecimentos anteriores é necessário para que um tal *projeto* ganhe corpo no espírito de um leitor. As *preenções*, o conjunto das experiências anteriores que orientam os nossos pensamentos que antecedem a experiência, constituem a *estrutura de antecipação* que permite construir esse projeto inicial. A linguagem aparece assim como um elemento chave da estrutura de antecipação, na medida em que ela reflete, de alguma maneira, a *historicidade* da intersubjetividade do social na sua *comunicação*. E, do mesmo modo que a estrutura de antecipação é historicidade de uma tradição - a das experiências anteriores e dos conhecimentos adquiridos -, a linguagem é também tradição. Como observa Gadamer (1960, p. 330), "*a língua é um meio onde o Eu e o mundo fundem-se, ou melhor: onde eles se apresentam na sua pertença mútua original*". Se a experiência, enquanto experiência do sujeito na sua relação com o mundo, é necessária, esta, tal qual definida, só representa, de fato, uma parte da aquisição do conhecimento. Assim, só podemos estar de acordo com o que diz Schutz (1987, p.19):

13. Conforme são colocadas na agenda da questão social no século XXI: os problemas de exclusão, de violência, de imigração, etc.

Somente uma parte ínfima do meu conhecimento do mundo origina-se na minha experiência pessoal. A maior parte vem da sociedade, ela me é transmitida por meus amigos, meus pais, meus professores, e os professores dos meus professores. Ensinam-me [...] como se deve formar as construções típicas para que elas estejam de acordo com o sistema de pertinências aceitas do ponto de vista anônimo e unificado do grupo. Isso inclui as maneiras de viver, os métodos para se orientar no ambiente, as receitas eficientes para utilizar os meios típicos para obter os resultados típicos em situações típicas.

É porque a intersubjetividade traduz-se na experiência do social como um conjunto de *sistemas de pertinência* que esse social torna possível uma percepção do mundo que seja, em ampla medida, partilhada pelos seus membros. A *tipicidade* é então o que permite ao indivíduo situar-se nessa intersubjetividade do social. É então, ao mesmo tempo, o que lhe permite compreender o social, mas também saber o que os outros compreendem quando eles *se inscrevem* no jogo social. Assim, as Ciências Sociais propõem-se dar conta dessas inscrições no social, bem como do conjunto dessas situações típicas que são significativas para os atores.

Um dos pontos importantes que merece ser sublinhado, por ter, a meu ver, uma forte dimensão epistemológica, é a *reflexividade* das Ciências Sociais, "que *nos falam de nós*", porque elas estudam objetos e se dirigem a interlocutores que apresentam, na maioria das vezes, uma *continuidade* com esses atores. Elas são também *historicamente reflexivas* naquilo em que elas remetem para um indivíduo historicizado um discurso histórico, enraizado numa realidade que leva em conta a trajetória do indivíduo no tempo (psicanálise) ou de um grupo de indivíduos (antropologia, etnologia, sociologia, lingüística, economia,...). Por ser, ao mesmo tempo, o indivíduo socializado, o objeto de estudo e o interlocutor, a análise da produção científica, enquanto produção de sentido, pode ser enriquecida pela análise da sua recepção, pois as Ciências Sociais inscrevem-se numa dupla relação com os seus objetos, a de descrição *de*, assim como, *para* os

indivíduos socializados. O estudo da história da sociologia mostra bem essa retroação em direção às diferentes esferas do mundo social, e mostra como o destino de certas teorias (Comte, Durkheim, Marx) está relacionado com *questões sociais* colocadas do seu tempo. De fato, é aqui que se dá o jogo da troca entre preocupações, questões, enfim, formas de uma *demand social*, e uma produção de sentido que é o próprio sinal dessa atividade científica.

Sublinhemos, finalmente, que há uma verdadeira complementaridade entre produção e recepção: a recepção é o mecanismo de reciprocidade da produção, ela não a substitui. Essa perspectiva hermenêutica retoma, assim, a análise dos *themata* de Holton (1973), colocando, por sua vez, ênfase na influência do contexto temático para a aceitação das teorias científicas. Não basta que o sentido produzido seja feito de uma maneira justificada, é ainda necessário que esse sentido vá ao encontro das *expectativas*. Não é, portanto, unicamente a *produção* de sentido que é importante, mas também o eco desse sentido. Para as Ciências Sociais, a *produção* de sentido é transfigurada pela *recepção* e pela *difusão* desse sentido produzido, e a justificação somente não saberá dar conta do devir retórico do sentido proposto. Precisamos abandonar a idéia metafísica de um valor em si das proposições de sentido, produzidas pelas Ciências Sociais, para reinstalá-las no espaço discursivo do debate social, não somente porque haveria uma evolução histórica da produção de conhecimento indo nesse sentido (o que corresponderia ao *modo 2* de Gibbons), mas porque esses mecanismos de recepção, inerentes à reflexividade dessas ciências, participam plenamente do seu modo de funcionamento.

Se aceitarmos esse ponto de vista, melhor compreenderemos o que aí existe de aparentemente imprevisível no *devir* dos conceitos das teorias sociais, ou seja, nessa "lógica do destino" que tantos problemas trazia a Lakatos ou Chalmers. Indo ainda mais longe, se o corpo social produzisse de maneira explícita, em conjunto e intersubjetivamente, um discurso sobre si próprio, tendo o mesmo caráter de evidência e de semelhança como

a própria língua, então as Ciências Sociais seriam fundamentalmente outra coisa. O que caracteriza a história de suas teorias é a impossibilidade do *logos* da sociedade sobre si mesma, ou melhor, de um *logos* unívoco, "anônimo e unificado" (SCHUTZ); é a sua incapacidade de se explicitar totalmente que transforma a relação entre sociedades e Ciências Sociais nesse jogo de esconde-esconde e nesse tateamento entre *demanda social* e *suas respostas*. Ora, nas ciências nomológicas, como a Física, a própria ausência de expectativa de objetos muda radicalmente os dados, visto que o elo hermenêutico é nesse caso mais do que incerto. Os objetos da Física não empregam mecanismo de recepção vis-à-vis da ciência que os analisa, eles são indiferentes aos conhecimentos daqueles que os estudam: uma maçã que cai sobre um eminente físico não alimenta nenhuma expectativa em relação a ele¹⁴.

4 - POR UMA METODOLOGIA DA RECEPÇÃO

É importante evidenciar as modalidades de análise da relação entre o sentido produzido nas Ciências Sociais e as diferentes instâncias da sociedade, e sua implicação no plano epistemológico. Que procedimento adotar para melhor compreender a "lógica da recepção" dessas teorias para, a seguir, por via de consequência, melhor apreender a eventual lógica do seu "destino"? Tal é a questão, neste momento.

14. Temos aí então o esboço de uma dimensão que é particularmente central nas Ciências Sociais, e que é necessário colocar em relação com a sua singularidade, segundo Dilthey (1883; 1927). O elo com a dimensão volitiva de Dilthey é o da consciência, não o do livre arbítrio. Nenhuma discussão sobre o livre arbítrio pode reduzir os defensores de um fisicalismo sociológico: finalmente, podemos sempre supor que por trás do acaso aparente escondem-se os arcanos de uma ordem desconhecida. Mas se as ciências da natureza podem reivindicar com direito a esperança de atualização dos determinantes do indivíduo, esta abordagem não saberia explicar a realidade do mundo da vida e de sua dimensão de consciência, enquanto consciência do mundo para o indivíduo. É nisso que a hermenêutica me parece tecnicamente indispensável.

Não somente o conceito deve *trazer* sentido a uma realidade, mas é preciso também que as diferentes esferas da sociedade aí encontre suas *expectativas*, isto é, preocupações que lhes sejam *atuais*¹⁵. Sabemos que as Ciências Sociais empregam uma hermenêutica dos objetos sociais. Mas, o que me interessa aqui, é o estudo da proposição inversa: a sua recepção *pela* sociedade. Se elas *compreendem* o social, as diferentes esferas da sociedade também estão numa relação de *compreensão em face delas*. Essa compreensão não supõe uma *reificação do social*, uma unificação artificial: a recepção é, ao contrário, *multiforme*, difusa, mediata. É nas diferentes modalidades políticas, econômicas e organizacionais das instituições sociais que se desenvolvem os modos dessa compreensão, em mais *fontes possíveis* de eco. Por *expectativas*, é necessário entender um conjunto de problemas "de atualidade"¹⁶, de "themata" (HOLTON), porém sob um ângulo operacional e centrado sobre problemas a serem resolvidos: assim, o problema da assimilação e da circulação de imigrantes numa cidade corresponderia a uma expectativa clara na qual se inscreveram os trabalhos da Escola de Chicago. Como evidenciar as expectativas, analisar os seus elos com a produção cognitiva das disciplinas, a sua recepção no seio comunidade direta dos pesquisadores e, além disso, nas diferentes instâncias do mundo social?

Para apreender essas relações complexas, proponho um procedimento em várias etapas, a partir de uma hipótese de pesquisa relativa aos trabalhos específicos e identificados nos quais queremos analisar a recepção:

- etapa nº 1: analisar as evoluções macro e micro-econômicos, demográficos e sociais (rendas,

15. Por "atual", entendo "aquilo que manifesta", isto é, não somente o que é contemporâneo, o que "é do mesmo tempo", mas sim e, sobretudo, o que concerne ou interessa tal ou qual grupo social. Assim, um conflito ou um problema social na França pode ser atual para aqueles que o vivenciam ou se sentem atingidos pelo fato de viver na França, e ele pode não se revestir de caráter de atualidade para os asiáticos ou sul-americanos (BOUILLOUD, 1997, p. 240).

16. Em francês "dans l'air du temps" (Nota do tradutor).

habitação, situação médica) do ambiente do campo escolhido (cidade, região, estado,...), a partir de dados estatísticos administrativos, de registros paroquiais, de reflexões feitas sobre as iniciativas privadas (empresas, associações patronais, associações filantrópicas, etc.) ou de estudos realizados por ocasião dos acontecimentos marcantes (rearranjos urbanos do tipo Haussmann, Exposições Universais, etc.). Essa análise permite ter o "pano de fundo", o quadro geral de certas necessidades "objetiváveis", explícitas, ligadas, por exemplo, a períodos de crises, de crescimento econômico ou de problemas demográficos e sociais específicos.

- etapa nº 2: observar as manifestações sociais dessas necessidades nas instâncias políticas não decisórias, através das reivindicações sindicais, das campanhas dos partidos políticos, dos escritos políticos, dos eixos de censura, das reivindicações e das posições dos diferentes grupos de pressão política, religiosa e econômica.

- etapa nº 3: observar os diversos ângulos dessas questões em outras instâncias de produção, artísticas particularmente, através dos textos literários (orientações das obras de ficção, da poesia e do teatro) e de outras formas de expressão artística (ópera, pintura, arquitetura-urbanismo, etc.). A idéia aqui não é a de propor elos diretos entre manifestações ligadas a problemas comuns, mas a de ver a produção artística como *caixa de ressonância* das necessidades expressas em outros lugares e por outras instâncias.

- etapa nº 4: como essas necessidades (nº1) e essas preocupações (nº2 e 3) traduzem-se ao nível das instâncias de decisão política? Essa análise poderá ser feita a partir dos relatórios de debate nas câmaras representativas e de estudo de leis, decretos, regulamentos ou instituições criadas para enfrentar os problemas acima. Essa orientação das ações políticas será uma das primeiras manifestações explícitas dessas *expectativas*.

- etapa nº 5: estudo da *tomada de decisão* e da iniciativa das pesquisas empreendidas em conexão com essas expectativas, de maneira explícita ou implícita, e do seu financiamento, quer seja ele

público ou privado, e análise dos modos de institucionalização dessa pesquisa (lugares, pessoal, orçamentos, responsabilidade administrativa, tipo de "produção", etc.).

- etapa nº 6: análise dos conhecimentos publicados ou apresentados sobre o assunto e de sua audiência, na época. Se a pesquisa centra-se num pequeno número circunscrito de atores científicos, pode-se utilizar o procedimento proposto por Holton (1996, p.137-157), que analisa os conhecimentos disponíveis e públicos (isto é, divulgados), a bagagem científica dos pesquisadores estudados, os trabalhos ou resultados de sua época sobre os quais eles têm um verdadeiro conhecimento.

- etapa nº 7: análise da posição individual dos pesquisadores implicados com as expectativas (tais quais definidas acima) e estudo dos desafios que essas pesquisas representam para eles no plano profissional, acadêmico, relacional, financeiro, político, religioso, familiar ou pessoal.

- etapa nº 8: análise dos "resultados", isto é, das teorias, classificações ou conceitos produzidos no curso de suas pesquisas, e do seu sistema de justificação (problemática expressa, metodologia empregada, inscrição numa corrente/escola ou num movimento específico, campo escolhido, ambições em termos de exemplaridade e de aplicação).

- etapa nº 9: análise da recepção científica desses conceitos ou teorias, através dos artigos em revistas científicas, os índices de citação e as publicações científicas no sentido amplo (recepção no domínio científico inicial e nos domínios vizinhos e distantes).

- etapa nº 10: análise da recepção, para além do círculo científico, isto é, nas outras esferas da sociedade (mídia, espaços de discussão política, econômica, sindical ou religiosa), e análise do impacto das pesquisas sobre as leis, sistemas educativos e seus programas pedagógicos, instituições e instâncias representativas da sociedade (novos regulamentos, criação de instituições, novos grupos de pressão, etc.).

Vemos, no curso desse procedimento, que as *expectativas* constituem-se em objeto de estudo para

o pesquisador, elas são construídas progressivamente para passar de uma necessidade implícita para a forma explícita de questões colocadas, das quais as Ciências Sociais vão, por sua vez, se ocupar. No início, o historiador ou o sociólogo das ciências tem provavelmente uma concepção incompleta, confusa ou imprecisa dessas expectativas; disso, ele deduz uma orientação de pesquisa que lhe permite definir um campo e o quadro geral de sua análise. As etapas 1 à 5 permitem afinar e tornar precisa as modalidades e as características dessas expectativas.

Esse procedimento parece numa primeira abordagem bastante próxima daquele que Holton (1996) desenvolve, mas, na realidade, ele difere substancialmente dele. Para começar, a análise dos *themata* em Holton acontece somente no final de todo o procedimento, e esses *themata* parecem resultar deles próprios, das análises prévias das teorias científicas. Holton parte, geralmente, de um pesquisador específico para chegar ao ambiente social da pesquisa, enquanto que nossa proposição é, sobretudo, o inverso. A abordagem holtoniana é, aliás, uma abordagem personalizada: sua pesquisa vai mais no sentido de saber o que está no espírito de tal ou qual cientista, de reconstituir sua *Weltanschauung* e sua cartografia cognitiva, para ver como, a partir desse dado ligado à sua história, ao seu meio e ao seu percurso pessoal, estabelece-se a "trajetória"¹⁷ dos novos conceitos que ele vai elaborar. Se for certo que essa trajetória participa também de um pertencimento a um meio científico e a um nível de conhecimento dado, as etapas que Holton descreve concernem principalmente um pesquisador, em particular. No nosso caso, não se trata disso: o fato de saber quem vai se atrelar a tal ou qual problema é quase que secundário, em relação ao estudo da démarche que procura evidenciar as formas de expectativa.

A reflexividade das ciências sociais obriga-nos a reabilitar o momento da recepção. Essa reabilitação não visa separar as ciências sociais das outras ciências. O problema aqui em questão não

é saber se há unidade, ou não, do conjunto das práticas consideradas científicas, pois afinal de contas essa questão parece pouco relevante, e oculta ideologias subjacentes, ou positivismos latentes, que funcionam como obstáculos à análise histórica ou filosófica das ciências. A simples análise de certas ciências, como a Física, mostra que ela mascarou durante muito tempo a importância desse momento da recepção, orientando numerosas pesquisas a partir de pressupostos oriundos da tradição científica. A consideração do momento da recepção não testemunha somente uma evolução histórica dos modos de produção do conhecimento, é um imperativo da pesquisa, pela sua importância no próprio mecanismo da produção do conhecimento científico nas Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTI, E. *Teoria generale della interpretazione*, 2 T, Istituto di Teoria della Interpretazione e di Informatica Giuridica Dell'Università "La Sapienza". Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1955, rééd. 1990.
- BERTHELOT, J.M. (Dir.), *Epistemologie des sciences sociales*. Paris: PUF, 2001.
- BLOOR, D. *Knowledge and social Imagery*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1976. Trad. fr. *Sociologie de la logique ou les limites de l'épistémologie*, Paris: Pandore, 1982.
- BOUILLOUD, J.P. *Sociologie et société: épistémologie de la réception*. Paris: PUF, 1997.
- CALLON, M. (Ed.). *La science et ses réseaux: genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: Éditions La Découverte / Conseil de l'Europe / UNESCO, 1989.
- CALLON, M.; LATOUR, B. *La science telle qu'elle se fait*. Paris: La Découverte, 1990.
- CHALMERS, A. *What is this thing called science? an assessment of the nature and status of science and its methods*. St. Lucia: University of Queensland Press, 1976. Trad. fr. *Qu'est-ce que la science?* Paris: La Découverte, 1987.
- _____. *Science and its fabrication*. Buckingham: Open University Press, 1990. Trad. fr. *La fabrication de la science*. Paris: La Découverte, 1991.

17. Para retomar os seus próprios termos.

- DILTHEY, W. **Einleitung in die Geisteswissenschaften**. Leipzig: Duncker & Humboldt, 1883. Trad. fr. Introduction aux sciences de l'esprit. In: Dilthey. Oeuvres I: critique de la raison historique. Paris: Editions du Cerf, 1992.
- _____. **Gesammelte Schriften**. Leipzig: 1927. t. 7, p. 79-188. Trad. fr. part. Dilthey. Oeuvres III: L'édification du monde historique dans les sciences de l'esprit. Paris: 1988.
- FEYERABEND, P. **Against method**. Londres: New Left Books, 1975. Trad. fr. Contre la méthode. Paris: Seuil, 1979.
- _____. **Farewell to reason**. Londres: Verso, 1987. Trad. fr. Adieu la raison, Paris: Seuil, 1989.
- GADAMER, H.G. **Wahrheit und methode**. Mohr: Tübingen, 1960. Trad. fr. Vérité et méthode. Paris: Seuil, 1996.
- GIBBONS, M. et al. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage, 1994.
- HABERMAS, J. **Logique des sciences sociales et autres essais**. Paris: PUF, 1987.
- HACKING, I. (ed.). **Scientific revolutions**. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- HOLTON, G. **Thematic origins of scientific thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1973. Trad. fr. L'invention scientifique. Paris: PUF, 1982.
- _____. **Einstein, History, and other passions: the rebellion against science at the end of the twentieth century**. Addison-Wesley Longman, 1996. Trad. fr. Science en gloire, science en procès - Entre Einstein et aujourd'hui. Paris: Gallimard, 1998.
- JAUSS, H.R. **Rezeptionästhetik**. Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1975. Trad. fr. Pour une esthétique de la réception. Paris: Tel-Gallimard, 1978.
- KNORR-CETINA, K.D. **The manufacture of knowledge**. Oxford: Pergamon Press, 1981.
- KREMER MARIETTI, A. (ed.). **Sociologie de la science**. Bruxelles: Mardaga, 1998.
- KUHN, T.S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962, 1970. Trad. fr. La structure des révolutions scientifiques. Paris: Champs - Flammarion, 1983.
- LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- LAKATOS, I. Proofs and refutations. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 14. p. 1-342 (4 livraisons). Cambridge: Cambridge University Press, 1976. Trad. fr. Preuves et réfutations. Paris: Hermann, 1984.
- LATOURE, B. **Science in action**. Cambridge: Harvard University Press, 1987. Trad. fr. La science en action. Paris: La Découverte, 1989.
- LAUDAN, L. **La dynamique de la science**. Liège: Mardaga, 1987.
- _____. **Science and relativism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- POPPER, K.R. **Logik der Forschung**. (datée 1935), Vienne: Julius Springer, 1934.; éd. de référence The logic of scientific discovery. Londres: Hutchinson & C°, 1959. Trad. fr. La logique de la découverte scientifique. Paris: Payot, 1973.
- _____. **Objective knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 1972. Trad. fr. La connaissance objective. Paris: Aubier, 1991.
- RORTY, R. Science as solidarity. In: NELSON, J. S.; MEGILL, A.; MC CLOSKEY, D. N. (Ed.). **The Rhetoric of the human science**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987. Trad. fr. La science comme solidarité. In: RORTY, R. Science et solidarité. Paris: Éditions de l'Éclat, 1990.
- SCHUTZ, A. **Collected papers**. Martinus Nijhoff Publishers, 1971-1975. Trad. fr. partielle Le chercheur et le quotidien. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.